

Metas do Milênio impõem aliança entre poder público e Terceiro Setor

Na união de esforços, a Fundação Abrinq expandirá suas metodologias às políticas públicas nacionais, evitando em conjunto o desperdício de recursos.

Rubens Naves*

Chamado “Terceiro Setor”, que reúne Organizações Não-Governamentais (ONGs) e outras instituições, enfrenta hoje um fantástico desafio. Mas para entendê-lo, é preciso voltar um pouco no tempo. Ao longo dos últimos 20 anos, o Terceiro Setor conquistou credibilidade no Brasil e no mundo. Sua atuação se concentrou ali onde o poder público falhou em atender às necessidades da população. E assim tornou-se um lugar comum acreditar que o destino das ONGs seja apenas agir nas brechas do Estado.

É claro que estas organizações encontraram terreno fértil no Brasil, onde os serviços públicos primam pela deficiência. No que diz respeito à situação da infância, se destacou o trabalho da Fundação Abrinq. Em seus 15 anos de atividade, conseguiu



FOTO: DIVULGAÇÃO

Naves: metodologias da Abrinq influenciam políticas públicas nacionais.

motivar a sociedade quanto à urgência de zelar pelo nosso maior patrimônio do futuro, as crianças e os adolescentes. Além da conscientização, a Abrinq também desenvolveu projetos exemplares, de reconhecida eficiência, como o “mudando a história”, em parceria com a Nokia, capacitan-

do jovens como mediadores de leitura, e o Crer para Ver, com a Natura, buscando a melhoria na qualidade do ensino.

Porém, a dura realidade é que os esforços das organizações sociais não foram suficientes. Basta lembrar que 30 milhões de jovens brasileiros abaixo de

17 anos vivem em famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo. Ou seja, abaixo do limiar da pobreza. De resto, a crise social brasileira prescinde de números: basta olhar para além dos *shopping centers* e das cercas eletrificadas, para as ruas e periferias das grandes cidades, para a miséria no campo.

Responsabilidade x marketing

A persistência dos problemas relativos à pobreza levou ao surgimento de novas organizações, todas ansiosas “por fazer alguma coisa”. As empresas aderiram em bloco à “responsabilidade social”, algumas de olho no retorno financeiro do marketing social. A sociedade não ignorou os abusos, e com muita propriedade cobrou resultados. A mídia passou a denunciar as atuações duvidosas. E hoje o Terceiro Setor, além dos louros, colhe também uma campanha de enfraquecimento e um projeto, no Congresso, que busca cercar suas atividades.

Do outro lado da moeda, o Estado brasileiro tornava-se também mais atuante no combate à pobreza. No âmbito da infância, surgiram programas como o “Bolsa-escola”. Em 2002, como prova de suas intenções, o governo brasileiro assinou um compromisso internacional para cumprir as Metas do Milênio ligadas à causa da criança e do adolescente. O documento estipula 21 metas, das quais oito mensuráveis, nas áreas da saúde e educação. As estatísticas indicam que o Brasil cumprirá, até 2010, apenas três

destas metas mensuráveis (saneamento básico, redução da mortalidade infantil e acesso de 100% ao ensino fundamental).


O atraso em relação às Metas do Milênio foi uma das previsões apontadas pelo último relatório da Rede de Monitoramento Amiga da Criança. Coordenada pela Abrinq, a Rede reúne mais de 30 entidades, dentre as quais a Unicef, OIT e Unesco. A outra previsão da Rede tem maior alcance: em que pese o evidente enfraquecimento das instituições públicas, apenas o Estado será capaz de conduzir políticas que de fato mudem a realidade brasileira. Não há nisso nenhum paradoxo: só o setor público pode implantar medidas que atinjam a totalidade da população. O problema é que não consegue. E este é o novo desafio do terceiro setor: aliar esforços. Influenciar as políticas públicas, atuando de forma conjunta para evitar, inclusive, o desperdício de recursos.

Aliando esforços

A Fundação Abrinq aceitou o desafio. Desde sua criação, desenvolveu e implantou programas exemplares. Agora chegou a hora destas metodologias se tornarem políticas públicas nacionais. Encarar o desafio exigiu uma reformulação em nossa estrutura e a colaboração de novos profissionais. O objetivo é deixar a Abrinq mais ágil e eficaz, bem como estimular novas lideranças. O que exige maior diálogo na construção do conhecimento dentro da entidade

e a ampliação das parcerias, com destaque para a Universidade e o trabalho em rede.

O planejamento estratégico da Abrinq inclui os próximos 15 anos, pois acreditamos que serão necessários quatro mandatos municipais para implantar a transformação proposta. As ações têm ênfase em três focos: a educação, com a participação da família e da comunidade no processo pedagógico; o fortalecimento das garantias, direitos e instituições determinados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como os conselhos de direitos municipais, estaduais e federal e conselhos tutelares; e as medidas especiais de proteção, como a continuidade do combate ao trabalho infantil. Quanto aos adolescentes em conflito com a lei, é fundamental garantir que a internação não seja a única alternativa. A crise na Febem está aí para provar o quanto é urgente trabalharmos na prevenção e em medidas como a liberdade assistida.

Com tantas mudanças e uma estrutura interna renovada, a governança da Fundação mostra que está sintonizada com as demandas da sociedade. A Abrinq se prepara para enfrentar o desafio. O importante é acreditar que os problemas do Brasil têm solução e que o caminho encontra-se ao nosso alcance. 

(*) Rubens Naves é sócio-titular do Rubens Naves – Santos Jr – Hesketh – Escritório Associados de Advocacia, professor licenciado da PUC/SP, fundador e conselheiro da Transparência Brasil e diretor-presidente voluntário da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e dos Adolescentes.